

Correção urgente

COM a apuração de votos confirma-se o que antecipamos: a vitória dos candidatos que melhor lograram identificar-se com o sentimento de revolta hoje generalizado em todo o País contra a inflação, a recessão e a deterioração das condições de vida.

TRATA-SE de uma reação emocional e não de uma opção ideológica. Não se votou por seleção entre propostas administrativas ou diretrizes partidárias. Votou-se naqueles que se apresentaram mais distanciados dos setores governamentais, seja por atitudes demagógicas, seja por exploração dos trágicos efeitos da agitação recentemente promovida em torno de greves políticas, seja por um decidido comportamento oposicionista.

QUEM se apresentou envolvido por qualquer compromisso governamental foi sumariamente derrotado.

SERÁ inútil, por conseguinte, tentar extrair desses resultados eleitorais quaisquer conclusões sobre sua repercussão no pleito do próximo ano. Até o final do primeiro semestre de 89, os futuros prefeitos estão responsabilizados pela condução dos serviços públicos sob sua jurisdição que, a manterem-se as atuais diretrizes econômicas do País, estarão mais deteriorados.

EVENTUALMENTE poderão tentar acobertar-se apelando para acusações de que estarão "sob o cerco de forças reacionárias", como fez, por exemplo, o ex-Governador do Rio de Janeiro. Ou para agitações mais extremadas, raiando a "guerrilha urbana".

NÃO é hora, porém, de se perder tempo em previsões.

O MOMENTO exige decisões de muito curto prazo, as quais irão refletir-se fundamentalmente no destino do País, não apenas no próximo ano, mas no próximo quinquênio.

PRECISAMENTE no dia de hoje, o Governo pretende apresentar, no âmbito de discussões do pacto social, o seu elenco de me-

didias para impor novos rumos à economia nacional.

VIMOS alertando as autoridades no sentido de que não tentem substituir os expedientes fiscais e monetários em vigor, que redundaram nas atuais distorções da economia, por novas propostas do mesmo gênero.

HÁ que se partir basicamente de uma profunda revisão do tratamento que vem sendo dado ao problema do déficit público, mediante o qual procura-se reduzi-lo ao atendimento do equilíbrio orçamentário corrente, deixando-se de lado os danosos efeitos de desequilíbrio patrimonial da autoridade monetária (Tesouro-Banco Central) em virtude da dívida acumulada com a soma dos déficits passados.

ATÉ onde as condições dos recentes Acordos firmados sobre a dívida externa com o Comitê dos Bancos Credores e com o Clube de Paris interferem no agravamento do crescente endividamento interno, desencadeando uma insuportável pressão de despesas com pagamentos de juros, constituindo-se no fator primordial da explosão inflacionária?

SEM uma resposta adequada a essa indagação, não será restaurada a confiança da Nação, passo inicial obrigatório para qualquer esforço de recuperação da economia e da tranquilidade social.

SE o pacto social não redundar em maiores benefícios — e na verdade, já constituiu um êxito ao criar uma atmosfera que serviu para deter a iminente ameaça de hiperinflação — terá sido válido pela oportunidade que ensejou de um exame mais profundo das linhas de ação capazes de reconduzir o País ao atendimento dos seus objetivos de desenvolvimento e justiça.

EVIDENTEMENTE isso não é tarefa para burocratas fechados em seus gabinetes. É missão de todos os segmentos da sociedade e de todos os Poderes da República.